



MINISTÉRIO DA FAZENDA
TERCEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTE
PRIMEIRA CÂMARA

mfc

Sessão de 04 de dezembro de 1991

ACORDÃO N.º 301-26.772

Recurso n.º 112.879 - Proc. n.º 10845-003283/90-39

Recorrente CIA. VOTORANTIM DE CELULOSE E PAPEL CELPAV

Recorrid DRF - Santos - SP

ISENÇÃO. I.P.I. vinculado à importação.

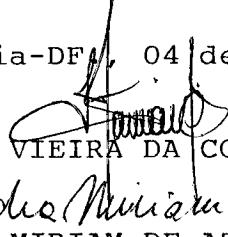
1. Produtos enquadrados, pela BEFIE, no art. 45, Inciso I do Decreto n.º 96.760/88. O Certificado SDI/BEFIE n.º 531/89 consignou isenção, apenas para o Imposto de Importação e Adicional ao Frete para renovação da Marinha Mercante.

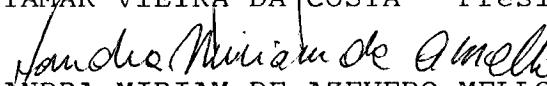
2. Recurso negado.

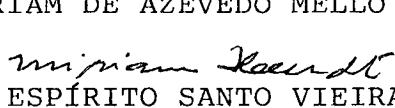
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos,

ACORDAM os Membros da Primeira Câmara do Terceiro Conselho de Contribuintes, por unanimidade de votos, em negar provimento ao recurso, na forma do relatório e voto que passam a integrar o presente julgado.

Brasília-DF, 04 de dezembro de 1991.


ITAMAR VIEIRA DA COSTA - Presidente


SANDRA MIRIAM DE AZEVEDO MELLO - Relatora


MIRIAM DO ESPÍRITO SANTO VIEIRA HEERDT - Proc. da Faz. Nacional

VISTO EM 06 DEZ 1991
SESSÃO DE:

Participaram ainda do presente julgamento os seguintes Conselheiros: Luiz Antônio Jacques, João Baptista Moreira, Wlademir Clovis Moreira, Fausto Freitas de Castro Neto e Flávio Antônio Queiroga Mendlovitz. Ausentes os Conselheiros Ivar Garotti e José Theodoro Mascarénhas Menck.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

MEFP - TERCEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES - PRIMEIRA CÂMARA

RECURSO Nº 112.879 - ACÓRDÃO Nº 301-26.772

RECORRENTE : CIA. VOTORANTIM DE CELULOSE E PAPEL - CELPAV

RECORRIDA : DRF/SANTOS/SP

RELATORA : SANDRA MIRIAM DE AZEVEDO MELLO

R E L A T Ó R I O E V O T O

Retorna o presente processo de diligência ao BEFIEX, posta na sessão de 12/06/91, no Relatório e Voto que leio em sessão.

Em resposta aquela diligência o Chefe da Divisão de Programa BEFIEX e de projetos Industriais, assim se pronunciou:

"Em atenção aos Ofícios DIVTRI nºs 10.845/052,.... informamos a V.Sa. que os bens importados através das Guias de Importação citadas, foram enquadrados por esta BEFIEX no Inciso I do art. 45 do Decreto 96.760, de 22/09/88, como materiais destinados a integrar o ativo imobilizado, tendo em vista que a empresa encontra-se em fase de implantação.

Neste caso específico, os incentivos assegurados pela BEFIEX na importação são os seguintes: Isenção do Imposto de importação e do Adicional ao frete para renovação da Marinha Mercante, conforme itens 01 e 04 do Certificado SDI/BEFIEX/nº 531, de 11/07/89".

O mencionado Certificado BEFIEX consigna, no item 01, a isenção apenas do I.I. e, no item 04, do adicional de frete.

Neste caso concreto a BEFIEX, como se observou acima, esclarece que os materiais importados se enquadram nos itens 01 e 04, antes referidos.

Não cabe a invocação do art. 10 da Lei 8032/90 porque a simples emissão do Certificado não assegura a isenção do I.P.I. para os materiais importados a que se refere este processo, conforme manifestação do BEFIEX.

Diante do exposto, nego provimento ao recurso, mantida a cobrança do I.P.I.

Sala das Sessões, em 04 de dezembro de 1991.

Sandra Miriam de Mello
SANDRA MIRIAM DE AZEVEDO MELLO - Relatora